

1 **Comissão Intergestores Bipartite de Assistência Social de Santa Catarina (CIB-SC-AS).**
2 Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezoito, às treze horas e trinta minutos, no
3 Pratas Thermas Resort & Convention Rodovia SC 283, KM 142 - São Carlos, Santa Catarina,
4 Brasil, realizou-se a reunião plenária ordinária da Comissão Intergestores Bipartite da
5 Assistência Social (CIB-AS-SC) com a presença dos membros: representantes da Secretaria
6 de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST/SC): Romanna Remor (titular e
7 Coordenadora da CIBSC); Ismael de Córdova (titular e Diretor de Assistência Social), Paloma
8 Mariucci (suplente e Gerente de Avaliação e Gestão da Informação), Daiana Nardino Dias
9 (suplente e Gerente da Proteção Social Básica), e representantes do Colegiado Estadual de
10 Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS/SC): Wagner Ferreira de Oliveira
11 (membro titular e Presidente do COEGEMAS), Ivone Salete Orso (titular), Giseli Ruckl Anton
12 (suplente). Ainda estavam presentes gestores e técnicos municipais, representantes da câmara
13 técnica, secretarias regionais, associações de municípios, conselhos. Realizou-se o
14 chamamento e composição da mesa, após com a palavra a Coordenadora da CIBSC deu as
15 boas vindas a todos (as). A ordem do dia foi considerada lida e aprovada pelo Plenário. **1º**
16 **Verificação da presença e da existência de quorum:** sendo constatada a existência de
17 quórum, conforme o Regimento Interno da CIB-AS-SC, foi possível prosseguir os trabalhos de
18 acordo com a ordem do dia. **2º Apresentação, apreciação e aprovação da pauta do dia –** O
19 Plenário incluiu na pactuação das matérias a alteração da coordenação da CIBSC; na matéria
20 de discussão a proposta de adesão do Programa Criança Feliz. **3º Apreciação e aprovação**
21 **da ata da reunião anterior:** Comunicou-se que a ata foi encaminhada com antecedência aos
22 membros da CIB, a qual foi considerada lida e aprovada pelo Plenário. **4º Correspondências**
23 **recebidas e expedidas:** Foi informado que a relação e dos documentos e correspondências
24 expedidas e recebidas está disponível na presente reunião para consulta e será disponibilizado
25 o arquivo no site da SST/SC. **Crerios de Cofinanciamento de 2018:** A Coordenadora da CIB
26 informou os valores propostos pelo Estado no valor R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais)
27 para a Proteção Social Básica; R\$ 10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) para a
28 Proteção Social Especial de Média Complexidade; R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)
29 para a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, e que estará empenhando-se nos
30 próximos dias para tratar sobre o cofinanciamento 2018 com o Governo do Estado. Wagner
31 perguntou sobre os valores propostos para os Benefícios Eventuais. Romanna disse que até a
32 próxima reunião da CIB em 28 de maio pretende sinalizar o valor. O Presidente do
33 COEGEMAS disse que esses valores propostos é uma boa notícia e agradece o empenho da
34 Secretária de Estado Romanna Remor. Wagner colocou-se a disposição para dialogar e tratar
35 sobre a Política de Assistência Social com o Governo do Estado. Disse Wagner que é um marco
36 histórico o Governo do Estado atender e dialogar com o Colegiado Estadual de Gestores
37 Municipais de Assistência Social de Santa Catarina, almeja que o orçamento da Assistência
38 Social atinja 2% (dois por cento) e/ou 3% (três por cento) e que isso será possível com o
39 fortalecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito Federal e Estadual.
40 **5º Pactuação de matérias. Apresentação do Diagnóstico Situacional das Metas do Pacto**
41 **de Aprimoramento do SUAS:** Com a palavra Ismael informou que o documento do referido
42 Diagnóstico foi analisado pela Câmara Técnica do COEGEMAS. Disse Ismael que o
43 Diagnóstico precisa ser pactuado nesta reunião, com as devidas adequações se tiverem,
44 devido aos prazos; por ter que ser encaminhado ao Conselho Estadual de Assistência Social
45 (CEAS); e será apresentado pela Gerente de Avaliação e Gestão da Informação Paloma
46 Mariucci. Realizada a apresentação e sanada as dúvidas, pela Gerente Paloma, do Diagnóstico
47 Situacional das Metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS, fez-se a pactuação do
48 documento. O Presidente do COEGEMAS Wagner comunicou que irá enviar, de forma oficial, a
49 Secretária Romanna um documento, elaborado pela Câmara Técnica do COEGEMAS, com o
50 Monitoramento das ações do Pacto de Aprimoramento. Solicitou uma representante da Câmara
51 Técnica do COEGEMAS que documento seja respondido até o dia 28 de maio. **Alteração da**

52 **Coordenação da CIBSC.** O Plenário aprovou por unanimidade a alteração da coordenação da
53 CIBSC, passando a ser a Coordenadora da CIBSC a Secretária de Estado Romanna Remor. **6º**
54 **Matérias de discussão. Retomada dos estudos para elaboração do Plano Estadual de**
55 **Regionalização da Média Complexidade e dos Serviços de Alta Complexidade para**
56 **Crianças e Adolescentes:** De posse de palavra uma representante da Câmara Técnica da
57 CIB informou que a Câmara Técnica da CIB reuniu-se no dia 21 de março, porém houve a
58 ausência de Técnicas da Média e Alta Complexidade e não foi possível retomar os estudos.
59 Diante dessa situação os estudos sobre a regionalização e o cofinanciamento serão retomados
60 no dia 25 de abril, quando da reunião da Câmara Técnica da CIB na sede da Federação
61 Catarinense de Municípios (FECAM), em Florianópolis/SC no período da tarde. Daiana
62 esclarece que enquanto equipe técnica da SST pode-se apresentar novamente os dados
63 levantados referente ao estudo preliminar já realizado, a partir disso a construção de nova(s)
64 proposta(s) de regionalização deve ocorrer na Câmara Técnica da CIB. Paloma apontou sobre
65 as metas 1 e 2 da regionalização, que apesar das conclusões de 2014 a operacionalização dos
66 serviços foi complicada em Santa Catarina e outros Estados, devido a falta de recursos e hoje o
67 Fórum Nacional de Secretários de Assistência Social (FONSEAS) e a Comissão Intergestores
68 Tripartite (CIT) estão abertos a novos modelos e propostas e essa temática passa pela Câmara
69 Técnica. Uma participante dos municípios solicitou que as reuniões da Câmara Técnica da CIB
70 seja convocada com a maior antecedência possível. **Critérios de Cofinanciamento.** Acordou-
71 se que essa matéria será tratada na reunião da Câmara Técnica de 25 de abril. **Plano de**
72 **Apoio Técnico aos Municípios.** Os municípios questionaram como será o Plano de Apoio
73 Técnico aos Municípios em 2018. Paloma explicou que o Plano de Apoio aos Municípios em
74 2018 é baseado nas metas do Pacto de Aprimoramento Municipal provindo do Ministério de
75 Desenvolvimento Social (MDS) e como o quadriênio 2014-2017 foi encerrado o Estado está
76 aguardando as novas metas do MDS para se elaborar o próximo Plano de Apoio aos
77 Municípios de 2018. Paloma disse que apesar de o plano ainda não estar elaborado a Diretoria
78 de Assistência Social vem realizando ações com alguns municípios, de acordo com os critérios
79 de cada gerência e proteção – como reuniões e visitas, afim de que o trabalho tenha
80 continuidade. Daiana reforçou as explicações dadas pela Paloma. Os municípios solicitaram
81 que se essas metas forem enviadas ao Estado, que seja pauta da próxima plenária da CIB.
82 Ismael falou que conforme os assuntos tratados no FONSEAS é possível que as metas sejam
83 pauta da próxima CIT. **Programa Criança Feliz.** Comunicou Ismael que ontem (27/03) houve
84 uma plenária extraordinária do CEAS solicitada pelo MDS para apresentar dados e informações
85 sobre o Programa Criança Feliz e solicitou-se que Santa Catarina apresente um modelo de
86 implementação do Programa no Estado. Com a palavra a Coordenadora da CIB informou que
87 os municípios que aderirem ao Programa Criança Feliz serão subsidiados diretamente pelo
88 Governo Federal. Daiana retomou a reunião realizada pelo CEAS, informando que houve
89 ampla participação com representantes da sociedade civil, trabalhadores e gestores do SUAS
90 (Sindicato dos Psicólogos, Movimento de População de Rua, COEGEN=MAS, FECAM...) e que
91 todos se manifestaram contrários a implantação do Programa Criança Feliz no Estado e
92 explicou que isso não significa que o Estado é contrário ao desenvolvimento de ações voltadas
93 a primeira infância na Política de Assistência Social. Destacou que as representações
94 pontuaram tecnicamente outras possibilidades de trabalharem essa temática no SUAS, como
95 por exemplo, capacitando os trabalhadores por meio da inserção da temática da primeira
96 infância no Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social
97 (CapacitaSUAS), executando as ações direcionadas a esse público nos Serviços já existentes
98 como Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência (SCFV) e
99 Serviço da Proteção Social Básica no Domicílio. Reforça, ainda, a importância de sistematizar
100 essas sugestões e encaminhá-las para o MDS como posicionamento do Estado sobre como
101 queremos trabalhar a primeira infância no SUAS. A Coordenadora da CIB falou que o
102 Programa Criança Feliz contém dados científicos de pesquisas, que não estavam tão

103 evidenciados e a disposição dos gestores públicos e recentemente vem sendo tratados no
104 âmbito da administração pública. E, enquanto gestora acredita que trazer esses dados
105 científicos para o SUAS de forma inovadora irá contribuir para a realização dos serviços
106 públicos voltados para a primeira infância. Lembrou que na reunião do CEAS de 27 de março o
107 Governo Federal disse está disposto a apoiar Santa Catarina frente a proposta de
108 implementação do Programa Criança Feliz, após submissão e discussão da proposta a ser
109 apresentada pelo Estado. Ismael explicou que colocou o Programa Criança Feliz como matéria
110 de discussão devido a importância do assunto e por esse estar sendo discutido no CEAS e
111 também é necessário discuti-lo na CIB. Com a palavra a Técnica Proteção Social Especial da
112 Média e Alta Complexidade do município de Nova Itaberaba falou que os argumentos
113 apresentados para a implementação do Programa Criança Feliz já são de conhecimento dos
114 (as) Técnicos (as) de Assistência Social e estão inseridos nos serviços e programas do SUAS e
115 do Sistema Único de Saúde (SUS). A Coordenadora da CIB perguntou se é desnecessário
116 encaminhar ao MDS o documento com as adequações propostas sobre o Programa Criança
117 Feliz por Santa Catarina. A Técnica de Nova Itaberaba explicou que se o Governo Federal
118 investisse mais nos serviços socioassistenciais obrigatórios e essenciais do SUAS existentes
119 os resultados seriam melhores e eficientes. Falou que não adianta implantar e implementar
120 novos serviços sem se ter resultados e eficiência nos serviços essenciais e obrigatórios do
121 SUAS. Daiana reforça essa ideia que inclusive foi deliberada na Conferência Nacional de
122 Assistência Social a desvinculação do Programa Criança Feliz da Assistência Social com
123 repasse do recurso direcionado para os Serviços da Socioassistenciais já existentes. Ressalta
124 que é de conhecimento do Estado as dificuldade enfrentadas pelos municípios no tocante a
125 composição de equipes, sobrecarga de trabalho dos técnicos que muitas vezes compromete a
126 execução dos Serviços direcionados à primeira infância. Contudo, entende que isso pode
127 mudar se houver investimentos financeiros e qualificação profissional voltado para o
128 atendimento desse publico. Entende que é importante a construção de um documento, de
129 forma coletiva (Estado e municípios) para sistematizar as experiências já desenvolvidas pelos
130 municípios e as expertises dos técnicos das diferentes áreas (assistentes sociais, psicólogos...)
131 voltadas para o atendimento desse público, propondo dessa forma como Santa Catarina quer
132 trabalhar a primeira infância no SUAS. O Presidente do COEGEMAS Vagner esclareceu que os
133 municípios não são contra os serviços a favor da primeira infância, mas que não concordam
134 com a forma imposta que o Programa Criança Feliz foi apresentado aos municípios. Vagner
135 explicou que o município de Joinville não vai aderir ao Programa Criança Feliz devido a
136 demandar um custo de R\$ 143.000,00 (cento e quarenta e três mil reais), o qual fará falta no
137 custeio dos serviços socioassistências obrigatórios e essenciais do SUAS existentes no
138 município. Romanna apontou que na análise a ser feita explanar os serviços e a estrutura
139 existentes para chegar ao objetivo proposto, pois para implementar um serviço novo o custo
140 pode vir a ser mínimo. Ismael explicou que na reunião do CEAS de 27 de março solicitou aos
141 Conselheiros que não emitissem opinião sobre a implementação do Programa Criança Feliz
142 para as opiniões não serem tendenciosas. Em 2016 o Programa Criança Feliz não foi aderido
143 por questões técnicas, mas que o aceite seria por questões políticas. O papel do CEAS é
144 expressar o que está sendo discutido no Estado e não a questões políticas. A discussão sobre
145 o Programa é de Santa Catarina em todas as instâncias, após o CEAS dar o seu parecer
146 sobre a adesão do Programa Criança Feliz. Um participante de município falou que os
147 municípios não podem arcar com os custos de um Programa de cunho político. A Secretaria
148 Municipal de Assistência Social de Chapecó Uda deu as boas vindas a Secretária de Estado da
149 Assistência Social e disse estar feliz com o movimento que o Estado está realizando em prol
150 dos municípios. Uda falou que o município de Chapecó estava aguardando o repasse de
151 recursos de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a continuidade das
152 políticas públicas de assistência social quando foi apresentado o Programa Criança Feliz, e
153 assim o Programa não foi bem vindo ao município de Chapecó. Comentou que na semana

154 passada o Ministro de Desenvolvimento Social esteve na região de Chapecó e ouviu a fala do
155 Ministro sobre a importância de tratar as crianças com amor e carinho - isso é inquestionável,
156 porém não é o bastante. É preciso um trabalho coparticipativo, sistemático entre as três esferas
157 do governo. Uda disse que o município de Chapecó já recebeu o valor que estava aguardando
158 e esse repasse financeiro trouxe um alívio, pois puderam colocar algumas despesas em dia.
159 Disse ainda Uda que a Promotoria estava cobrando a execução das políticas públicas em
160 Chapecó, mas para tanto é necessário também ter recursos financeiros e que estão almejando
161 capacitar os Gestores. Falou Uda como é prejudicial a rotatividade de Secretário (a) de Estado
162 da Assistência Social, porque quando um (a) Secretário (a) de Estado está entendendo a
163 Política de Assistência Social há uma substituição de Secretário (a) de Estado e não é
164 admissível o Governo do Estado de Santa Catarina deixar a Política Pública de Assistência
165 Social como um acaso. Os municípios cumprem com o seu trabalho sistematicamente é preciso
166 avançar. A Secretária Uda finalizou dizendo que se a Secretária de Estado da Assistência
167 Social ouvir e aceitar as proposta dos municípios será lembrada como a melhor Secretária de
168 Estado da Assistência Social e não se conforma com a não recepção dos Gestores Municipais
169 de Assistência Social pelo Governo do Estado. Romanna falou que sente angústia nas falas
170 dos municípios tanto na presente reunião como nas visitas à Secretaria, sendo solidária com
171 esses. Ainda falou Romanna que nesses 10 (dez) dias de trabalho vem informando-se sobre os
172 trabalhos realizados na Assistência Social, está disposta a ouvir e aprender com os atores da
173 Política de Assistência Social, é preciso dar continuidade aos trabalhos e avançar dentro das
174 possibilidades como a Lei do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), cofinanciamento,
175 regionalização, é inadmissível o Governo do Estado não conversar com o COEGEMAS, é
176 parceira nas lutas da Assistência Social e que precisa ouvir e absorver as informações. **7º**
177 **Encaminhamentos.** Vagner com a palavra informou que a Câmara Técnica da CIB vai reunir-
178 se ordinariamente no dia 25 de abril. O Plenário encaminhou à Câmara Técnica da CIB
179 elaboração do documento sobre primeira infância no SUAS a ser submetido, posteriormente,
180 ao MDS **8º Informes. COEGEMAS:** O Presidente do COEGEMAS convidou a SST, o CEAS e
181 a todos (as) para o Encontro do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência
182 Social (CONGEMAS) Sul em Joinville nos dias 04 a 06 de abril. **DIAS:** Paloma informou sobre a
183 atualização dos aplicativos da Rede SUAS em especial o Sistema de Cadastro Nacional do
184 SUAS (CadSUAS) e inconsistências; importância da alimentação dos sistemas pelos
185 municípios por meio de dados e informações dos aplicativos da Sistema de Informações do
186 SUAS (Rede SUAS) para o diagnóstico e a transparência das publicidade das informações.
187 Uma Técnica municipal perguntou a Paloma sobre o monitoramento de dados e informações
188 das entidades não governamentais. Paloma respondeu que no fim de 2017 a DIAS vem
189 pensando sobre como otimizar o monitoramento dessas entidades, algumas já estão
190 cadastradas no sistema e que este ano serão ofertadas capacitação aos municípios. Daiana
191 comunicou sobre a publicação da Portaria MDS a nº 37, de 2017 - instituir os Indicadores
192 Nacionais de Monitoramento e Desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social, sob a
193 responsabilidade da Vigilância Socioassistencial em âmbito federal e da Portaria MDS 967 de
194 2018 - altera a Portaria nº 36, de 25 de abril de 2014, e a Portaria nº 113, de 10 de dezembro
195 de 2015, do Ministério do Desenvolvimento Social, e dá outras providências. A Coordenadora
196 da CIB informou que a Lei do FEAS retornou a SST com questionamentos da Secretaria da
197 Fazenda (SEF) sobre a reprogramação dos recursos não utilizados e precisa-se conversar para
198 apresentar alternativas à SEF. Uma Técnica municipal disse que como os repasses federais e
199 estaduais não são mês a mês os municípios tem dificuldades na execução e reprogramação
200 dos recursos. Romanna disse que a reprogramação bianual é possível, porém na proposta da
201 Lei do FEAS está que a reprogramação pode ocorrer a qualquer momento e essa questão a
202 SEF não concorda, então é preciso ajustar para responder a SEF e a Lei do FEAS retornar à
203 Casa Civil. Finalizando a Plenária Vagner Ferreira de Oliveira, Romanna Remor e Ismael de
204 Córdova agradeceram a presença de todos (as) e desejaram um bom retorno. Nada mais

205 havendo a tratar, eu Suzy Cristina Rodrigues – Secretária Executiva da CIBSC, lavrei a
206 presente Ata, cuja gravação encontra-se nos arquivos da Secretaria Executiva da CIB-AS-SC.